

## **APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA<sup>1</sup>**

---

**NILSON VITAL NAVES\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça,  
Diretor-Geral da Enfam*

A II Jornada de Trabalho sobre a Lei Maria da Penha, realizada no último mês de março, surtiu bons e proveitosos efeitos, um dos quais foi o Termo de Cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam para a promoção de cursos multidisciplinares de capacitação de magistrados.

Para dar efetividade a tão oportuna parceria é que, nesta manhã, encontramos-nos aqui reunidos a fim de examinar e discutir propostas de programa para cursos de capacitação que versem a boa interpretação e a melhor aplicação da Lei nº 11.340/06.

Nem sempre, todos sabemos, a lei é justa. Pode ser válida sem ser justa. Também pode ser válida sem ser eficaz. Isso não nos aborrece tanto, porquanto o juiz é o intérprete da lei. Com ela está comprometido; haverá de lhe ser fiel, podendo, decerto, torná-la mais ideal do que real. Sobretudo por isso, não deve o magistrado proceder como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos, deve, porém, aperfeiçoá-los, havendo de ser intermediário entre a letra morta da norma e a vida real.

Em boa verdade, o juiz moderno tem sido desafiado a assumir, cada vez mais, papel ativo e criativo na interpretação das normas, adaptando-as, em nome da justiça, aos princípios, valores e exigências de seu tempo. Em tal sentido, a Lei Maria da Penha – editada com a finalidade de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e

---

<sup>1</sup> Palavras proferidas na reunião realizada para apresentação e discussão de propostas de programa para cursos de capacitação de magistrados, Brasília, 16.6.08.

familiar contra a mulher – e tantas outras leis, em razão das inovações e alterações legislativas que vêm introduzindo em nosso ordenamento jurídico, instigam-nos ao debate sobre esse processo de mudança e aperfeiçoamento do julgador.

Não há negar que a Lei Maria da Penha, seja na área criminal, seja na cível, seja, ainda, na processual, trouxe avanços e rompimentos. Não quero eu aqui entrar na discussão de questões tais como a adoção das chamadas medidas protetivas, a nova hipótese de prisão preventiva, a abolição de determinados formalismos ou a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, pois entendo sejam questões sobre as quais precisamos nos debruçar, e com muita cautela! Vão aqui dois recentes exemplos: num, a 6ª Turma entendeu, não obstante o inciso IV do art. 313, que a prisão preventiva está condicionada aos requisitos previstos no art. 312, ambos do Cód. de Pr. Penal; noutro, a Terceira Seção anda discutindo o conceito de “relação íntima de afeto”, expressão contida no inciso III do art. 5º da Lei nº 11.340.

Minhas pessoais preocupações quanto a discussões dessa ordem – vejam quanta expectativa tem gerado a nova lei! – são no sentido de que o diálogo amplo que pretendemos se estabeleça no âmbito do Judiciário projete as expectativas da sociedade para os novos tempos sem que isso – e aqui o meu maior receio – importe em dissecar tanto e tanto o texto da lei, de modo que sejamos conduzidos, como conduzido foi o poleá machadiano, a perder a mosca azul.

Por que essa referência? Sinto que é urgente, em razão do alto alcance dessa lei, sejam mais bem capacitados os que com ela lidam. Não me ocorre devamos – tal é o meu convencimento – andar na contramão da história. A tarefa de construir em direção à melhor interpretação da lei passa, segundo meu entendimento, pelo diálogo,

pelos debates, pela silenciosa peregrinação em livros, pela doutrina, enfim, pelo encontro de vontades de dar à lei o seu verdadeiro espírito.

É nesse cenário que a Enfam vem cumprindo o seu papel institucional e constitucional. De um lado, firmando convênios, como o que será assinado com o Ministério da Justiça para promover o fortalecimento do instrumento da mediação, de outro, participando, ao lado do Conselho Nacional de Justiça, deste tipo de evento, cuja proposta é a elaboração de programa de curso de aprimoramento das competências técnicas do juiz. A propósito, é nosso intuito mobilizar os diretores das escolas da magistratura a fim de que promovam cursos que, abordando a Lei Maria da Penha, capacitem melhor os juízes ou juizados especiais de competência sobre a matéria.

Tal a função aglutinadora, a Escola haverá de – estabelecendo diretrizes para a formação e aperfeiçoamento de magistrados, estimulando a realização de cursos, bem como os credenciando, entre outras incumbências que lhe foram atribuídas –, definir rumos e posições que garantam a excelência da função judicante. Vejam, por ser o Brasil um país de tantas culturas, de realidades tão dessemelhantes, de diferenças tão palpáveis, há a necessidade de um órgão cujo propósito seja, como é o da Enfam, encurtar distâncias, retificar caminhos e fixar diretrizes para uma prestação jurisdicional precisa e perfeita. Noutras palavras, um órgão que, contribuindo para o aperfeiçoamento da magistratura, dê-lhe harmonioso corpo e a correspondente alma.

Que este encontro não só nos inspire a reflexão, mas também nos impulse à ação que promova avanços e mudanças.